

E.P. THOMPSON E AS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA SOCIAL E OS ESTUDOS SOBRE ESCRAVIDÃO

Eleonora Félix da Silva
eleonora.felix@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como intuito tematizar as transformações nas concepções sobre a narrativa histórica a partir das proposições conceituais elaboradas por E. P. Thompson, ao estudar a atuação da classe operária inglesa como agente histórico principal de sua formação. Com sua pesquisa o historiador inglês abriu novas perspectivas para a História Social. Para concretizar o objetivo, este trabalho faz um exame do trabalho clássico “A formação da classe operária inglesa”. Nela apontando aspectos centrais e analisando como, nesta narrativa sobre a história dos operários ingleses, o autor operacionaliza seus conceitos e se diferencia de outros paradigmas historiográficos. Para acrescentar, o trabalho analisa ainda como as concepções thompsonianas podem ampliar os estudos acerca da escravidão e da abolição no Brasil durante a segunda metade do séc. XIX.

Palavras – chave: Thompson – Historiografia – História Social

O historiador inglês Edward Palmer Thompson foi membro do Partido Comunista inglês e influenciado pelo marxismo. Ele foi um marxista que repensou o marxismo, sobretudo em seus silêncios. Em sua narrativa trouxe rupturas com o modelo marxista dos seus antecessores. Sua obra é famosa pela renovação historiográfica e composição da chamada História Social Inglesa, pois renovou a narrativa histórica sobre os trabalhadores ingleses.

Esta renovação se deu com o lançamento do livro “A formação da classe operária inglesa.” Livro lançado em 1963 em três volumes, que inovou a análise sobre as origens da classe operária inglesa no período de 1790 a 1832.

Thompson, a partir de uma investigação empírica, examina o “fazer-se” da classe operária inglesa mostrando que este foi um processo ativo. Assim, a classe operária não foi determinada de uma hora para outra. Ela se constituiu e participou ativamente deste fazer-se.

Isto ele explicitou no famoso prefácio de “A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade”, tão estudado e focado pelos que se interessam pela obra do historiador em questão, onde inicia sua obra explicitando sua concepção de classe, a qual é diferente da noção clássica de classe para os marxistas:

“Não vejo a classe como estrutura, nem mesmo como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente e cuja ocorrência pode ser demonstrada

nas relações nas relações humanas (...) a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica (...) A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses diferem (e geralmente se opõem dos seus).” (THOMPSON: 1987, P.9-10)

Nestas célebres palavras, Thompson considera que a formação da classe operária inglesa como processo ativo que se deve tanto a ação humana como aos condicionamentos sociais – ela formou-se a si própria. A classe é constituída por homens e mulheres em suas ações e relações sociais. Como relação histórica, uma classe relaciona-se com outra. A classe se define pela sua história e como formação social e cultural, que só adquire existência ao longo de um processo histórico que envolve as experiências dos trabalhadores.

Uma marca da teoria thompsoniana é noção de experiência que o autor enfatiza. A experiência – termo ausente na ortodoxia marxista – permite perceber e reconhecer as ações humanas fazendo a história. Esta é feita por agentes efetivos e não uma história em que predomina estruturas sem sujeito. São as experiências cotidianas “herdadas ou partilhadas” e de lutas das pessoas que contribuem para seu fazer-se. Logo, a classe não é só determinada pela posição econômica que o indivíduo assume dentro da estrutura de produção em sua sociedade.

Com isto o historiador inglês cunhou o conceito de agenciar humano percebendo os trabalhadores como sujeitos de sua história, daí ele se preocupar com as experiências efetivas dos trabalhadores ingleses, não sendo estes receptores inertes de determinações de outra classe que os considera inferiores. Por isso, Thompson não acreditava que o proletário precisasse de algum tipo de guia para adquirir consciência.

A classe é uma experiência, ou as experiências, vivida pelas pessoas, que as fazem membros participantes da classe:

“A experiência de classe é determinada em grande medida, pelas relações de produção em que nasceram (...). A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais” (THOMPSON: 1987 p.10)

Só a experiência econômica não indica a classe, mas envolve também as experiências cotidianas culturais, as idéias, as tradições e os valores das pessoas. O fazer-se dos sujeitos na classe se dar a partir das experiências delas.

Estas noções de experiências vividas pelos trabalhadores, marca a ruptura de Thompson com a noção clássica de classe dos marxistas, refutando-a por defini-la apenas de acordo com a

posição que o indivíduo assume dentro da estrutura econômica ou em relação com os meios de produção. Como se têm afirmado, Thompson “rejeita a metáfora base/superestrutura.”

Como lembra Suzanne Desan, há uma formação cultural de identidade de classe, numa interação dialética entre elementos materiais e culturais de existência, tendo os fatores culturais uma primazia na formação da classe.

Ainda no prefácio de sua obra, ele diz que K. Marx não via a classe como coisa, nem ela o é, também não é uma fórmula matemática. Entendê-la assim é tomá-la equivocadamente. Tem-se então, uma crítica do autor ao equívoco das tradições marxistas ao tomar a classe como fórmula da qual se pode deduzir a consciência de classe. Thompson critica os que pensam a classe como algo preciso na estrutura social e a consciência de classe como algo inventado pelos trabalhadores. Na perspectiva do autor a classe não existe para ter um interesse ou consciência ideal. Partidos, seitas, teóricos, não desvendam a consciência de classe, nem impõe como deveria ser. Daí ele se interessar pela forma “como o indivíduo veio a ocupar um papel social.”

Thompson, ao focar as experiências dos trabalhadores como vítimas passivas da classe dos donos dos meios de produção. Discorda das ortodoxias que obscurecem a atuação dos trabalhadores no fazer-se da história, valorizando-os.

Para efeito do seu objeto de estudo, ele enfoca os trabalhadores ingleses e seu fazer-se como classe, transformando o estudo da Revolução Industrial em secundária, pois o objeto central é a vida dos trabalhadores. Diferentemente das abordagens anteriores que só interessava-se por aquele processo de desenvolvimento capitalista sem abordar a situação dos trabalhadores que sofriam as conseqüências daquele processo histórico:

“Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do obsoleto tear manual, o artesão utópico (...). Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência” (THOMPSON: 1987, P.13)

Como se pode notar, Thompson se dispôs a pensar a história dos que não foram lembrados no processo de industrialização pelas ortodoxias tradicionais, uma história das pessoas comuns enfim uma história “vista de baixo” ou “dos de baixo” ou “History from Below.”

Regina Hostins conclui a este respeito que, ao selecionar seus temas e periodização histórica (1780 – 1832), o autor rompia com as ortodoxias predominantes que resgatavam experiências e memórias dos vitoriosos e obscureciam a atuação da “gente comum” na construção histórica: “Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos” (THOMPSON: 1987, p.13)

Em “A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade” (1987) pode ainda pinçar as características marcantes do seu trabalho e visualizar como os seus conceitos vão se explicitando em sua narrativa.

Sua narrativa sobre a formação da classe operária inglesa começa analisando a Sociedade Londrina de Correspondência e sua pretensão de ter um número ilimitado de membros, usando como fonte as memórias de Thomas Hardy (Memoir of Thomas Hardy) e as atas de reuniões da associação. A Sociedade Londrina de Correspondência foi fundada por aquele artesão em 1792, cujo primeiro encontro ocorreu numa taverna em Strand. Na taverna os participantes comeram, beberam, conversaram sobre a “dureza dos tempos e as reformas parlamentares”.

Na taverna os trabalhadores conversaram sobre política e economia, discutindo seus direitos: “Nós que somos artesãos, lojistas e artífices mecânicos, temos algum direito a obter uma Reforma Parlamentar? (...) Declaro que sim.” (THOMPSON: 1987, P.16)

Meses após sua criação, o número de membros – que era inicialmente de nove _ passou para 2000 membros, numa expressiva expansão. Com este crescimento a relação dos trabalhadores com as atividades passou a ser conflituosa. As autoridades mandaram prender T. Hardy e seus companheiros, acusados de alta traição. Nesse clima de tensão a sociedade foi proscrita e livros de reformadores foram proibidos.

Thompson explora a Sociedade Londrina de Correspondência como “primeira organização política de perfil operário definido da Grã-Bretanha”, embora ele aponte que já havia outras fora de Londres e afirma, “talvez seja mais preciso pensar a Sociedade antes “radical popular” do que operária” que servia como ocasião social e espaço e espaço de debate político.

Nos seus espaços cotidianos o povo discutia questões políticas e econômicas, pois “a taberna, a capela e o bar eram seus”. Mas a principal característica da Sociedade Londrina de Correspondência era ser uma forma de organização política dos trabalhadores, o que não era práticas exclusivas da elite, que atemorizava as autoridades. Na organização de sociedades como a Sociedade Londrina de Correspondência com participação de trabalhadores – alguns altamente qualificados – descontentes com a situação política inglesa propunham uma noção de participação democrática na política.

Sua concepção sobre as ações e relações sociais da classe trabalhadora também se expressa quando refere-se a Sociedade Londrina de correspondência: “implicava uma noção de democracia, que punha de lado as velhas inibições e confiava nos processos de auto-avaliação e auto-organização da gente simples.”(THOMPSON: 1987, p.20)

Em sua teia sobre a origem da classe operária ele inclui a dimensão cultural no capítulo “Cristão e Demônio”, a partir da religiosidade enquanto parte da experiência dos trabalhadores subalternos. Fugindo de obscurecer a atuação dos trabalhadores no seu “fazer-se”, Thompson aborda a dissidência religiosa após a Revolução Gloriosa. A dissidência assumiu formas diversas em diferentes meios sociais, lutando pela liberdade religiosa e trabalhavam pelas liberdades civis. Algumas dissidências atraíam classes em prosperidade, outras, os pobres.

Thompson aborda-as como experiências de disciplinarização, fermento para a discordância religiosa e política contra o governo e a situação política. Para o historiador inglês “muitas vezes

sentem-se nela os germes Adormecidos do radicalismo político.” (THOMPSON: 1987, P.36) Sobressaindo o metodismo como força social, “uma religião para os pobres”, submetidos a uma severa disciplina que atraía pedreiros, mineiros, operários e este foi um setor positivo ao movimento operário, “indiretamente responsável por um aumento na autoconfiança e capacidade de organização do operariado,” servindo com modelo de organização:

“O metodismo proporcionou não só as formas de reunião, coleta regular de subscrições em dinheiro e cédulas tantas vezes por organizações sindicais e radicais, como também uma experiência de organização centralizada eficiente.” (THOMPSON: 19687, P.44)

No segundo volume da obra, “A maldição de Adão” (1988), após ele ver no metodismo uma base inicial para as organizações radicais e sindicalistas, em que o operariado sentia-se mais confiante e capaz de organizar-se, Thompson entra no cotidiano dos operários e analisa experiências de grupos de trabalhadores inseridos no quadro do desenvolvimento capitalista. Têm-se com detalhes experiências das condições de vida dos trabalhadores no contexto da Revolução Industrial. Estas experiências de exploração e de insatisfação dos operários contribuíram para o fazer-se da classe operária e a formação de uma consciência de classe.

Thompson “resgata” experiências de vida dos trabalhadores antes e durante o crescimento da economia fabril, referente ao consumo, condições de habitação, de saúde, mortalidade e o trabalho infantil.

Na discussão a respeito do padrão de vida durante a Revolução Industrial o autor mostrou que entre 1790 e 1840 o produto nacional cresceu mais que a população e, no entanto, a distribuição foi desigual para a população, haja vista o declínio do consumo de trigo e de cerveja entre os trabalhadores. Assim, houve um decréscimo da participação da classe operária no produto nacional em relação às classes proprietárias. Enquanto havia aumento da riqueza nacional o trabalhador médio manteve-se no nível de sobrevivência, ou seja, com seu trabalho gerava uma riqueza para seus patrões. Contudo, a análise thompsoniana mostra o declínio do padrão de vida durante a Revolução Industrial.

No final do séc. XIX os trabalhadores viviam em habitações de baixo nível e enfrentavam sérios problemas urbanos como falta de abastecimento d’água e saneamento, superpopulação, etc. Para o autor, os problemas urbanos foram conseqüências do contexto de crescimento demográfico sem controle e da ignorância. São problemas inerentes a uma sociedade fundamentada na obtenção do lucro e sem planejamento.

Com o avanço da Revolução Industrial, a superpopulação e a depravação nas cidades, a saúde da população começou a se deteriorar e as taxas de mortalidade infantil cresceram. Nestas condições a longevidade entre os operários não era comum. A alta da mortalidade pode ser atribuída a doenças, no entanto Thompson enfatiza como principal causa as miseráveis

condições de vida e a fadiga pelo excesso de trabalho. Thompson relata que as ocupações industriais eram tão desgastantes que provocavam sérios problemas físicos aos operários e comprometiam sua expectativa de vida, que era pior que a dos trabalhadores rurais.

As experiências de vida da mão-de-obra infantil não foram esquecidas por aquele historiador. Entre os anos de 1780 a 1840 houve uma drástica intensificação da exploração do trabalho infantil nas minas e fábricas; o trabalho era intenso e a jornada era longa. Esta situação gerava insatisfação entre os operários que realizavam protestos contra o tratamento das crianças nas fábricas. Thompson demonstra que antes da Revolução Industrial já havia uso do trabalho infantil, porém não era predominante nem tão intenso como o que estava se verificando nas fábricas:

“Herdou as piores feições do sistema doméstico (...) sistematizou o trabalho das crianças pobres e desocupadas, explorando-o com uma brutalidade tenaz (...) Na fábrica a máquina ditava as condições, a disciplina, a velocidade e a regularidade da jornada de trabalho, tornado-as equivalentes para o mais delicado e o mais forte.” (THOMPSON: 1988, P.207)

A crueldade no uso do trabalho infantil na fábrica não ficava indiferente para os pais das crianças. Eles ingressaram nas lutas pela redução da jornada de trabalho, contribuindo para a formação de Comitês pela Redução da Jornada dos Trabalhadores, contra os quais houve a formação das Comissões das Fábricas que defendiam os interesses dos patrões. Contra a crueldade, os Comitês para Redução da Jornada organizavam campanhas entre os operários. Ao movimento fabril agregaram-se pessoas que não eram operários, como os tecelões. O movimento fabril representava “a afirmação dos direitos humanos pelos próprios operários” e não um crescimento do humanitarismo da classe média.

Essas narrativas acerca da opressão de seres humanos no seu mundo do trabalho, destruindo seus modos de vida, mostram como os trabalhadores das fábricas vão construindo uma identidade entre si e nestas lutas comuns vai elaborando uma consciência de classe, fruto de suas experiências. Como já foi citado anteriormente, “A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais, encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.” (THOMPSON: 1987, p.10)

Em “A força dos trabalhadores” (1989) Thompson vai narrando como o operariado fortalece-se como sujeito histórico e político, resistindo aos valores que lhe eram impostos pela Revolução industrial. O fortalecimento do proletariado era algo que não era determinado pelo desenvolvimento capitalista, mas pelas relações que os trabalhadores estabeleciam dentro de uma crescente resistência a opressão fabril, encarnado nos patrões, num processo ativo de autofazer-se da classe operária.

E. P. Thompson faz uma narrativa abordando os anos de 1820 em que R. Carlile lutava pela liberdade de imprensa, em que há o aumento da força radical e da revogação das Leis de

Associação, etc. Sendo que no final deste período formou-se uma nova forma de consciência dos trabalhadores enquanto classe.

Com o radicalismo popular e o autodidatismo dos trabalhadores ao aprender leis e alfabetizar-se, ou seja, por experiência própria, os trabalhadores formaram um quadro político da organização social. Por volta dos anos de 1830 já se tinha um amadurecimento de uma consciência de classe dos trabalhadores com a qual os mesmos firmaram suas lutas.

Apesar do analfabetismo os operários não se excluíam do discurso político – como outros indivíduos. Os analfabetos pediam aos companheiros de trabalho que lessem os jornais em voz alta, outros sabiam ler e pouco escrevia, uns tinham dificuldades na interpretação de expressões usadas, tais como sufrágio universal. Os operários se enquadravam no movimento esforçando-se para ampliar o nível de consciência política através da leitura de periódicos. O teatro e a caricatura popular também foram usados como forma de “instrução secundária.” Apesar das nuances, o historiador inglês afirma que não se pode fazer generalizações quanto a instrução dos operários.

No contexto de crescimento do movimento radical a luta contra a repressão da imprensa passou a ser parte integrante do movimento. Thompson indica exemplos de líderes perseguidos pelas autoridades. A luta pela liberdade de pensamento influenciou o movimento do operariado.

O movimento radical dos operários contou com lideranças intelectuais, que defendiam de formas diferentes a mobilização dos trabalhadores e influenciaram a formação da consciência de classe. Todavia, a defesa de Thompson é que “o cidadão só tinha dever com a razão”, não precisava de terceiros, tais como um partido. O uso da razão era o único organizador e através de jornais se divulgavam as idéias nascidas com o uso da razão.

Contra a exploração capitalista – a narrativa thompsoniana mostra – houve tentativas de colocar em práticas as idéias owenistas como a formação de unidades de cooperação para os trabalhadores. Ele mostra o exemplo dos artesãos como o mais claro meio de formação de uma comunidade que gera sua própria sustentabilidade e colaboração mútua. O autor afirma que owenismo foi um dos “impulsos que captaram o entusiasmo das massas” e contribuiu para a conscientização dos trabalhadores acerca dos seus “interesses e aspirações enquanto classe”. Segundo o historiador, a contribuição de Owen para o movimento radical foi mostrar que o capitalismo não é uma lei natural, sendo possível sua transformação.

Enfim, entre meados de 1831/33, a classe operária não estava mais no seu fazer-se, porém já feita e sua presença se fazia em toda a Inglaterra. A nova consciência de classe dos trabalhadores notava-se na consciência de identidade de interesses entre os diversos grupos profissionais, isto estava expresso nas instituições e no sindicalismo.

A consciência de identidade de interesses da classe trabalhadora das fábricas – em oposição a outras classes – estava amadurecendo e os fazia reivindicar sistemas alternativos. O autor relata

movimentos reivindicatórios dos operários através do movimento radical. Eram os próprios operários agindo contra a burguesia industrial. Esta temia uma revolução radical.

Apontando as experiências de luta dos operários, Thompson afirma que a agitação na Inglaterra era tão grande que se temia a revolução. Todavia, os operários não obtiveram todas as reivindicações feitas, mas foram suas lutas durante anos que contribuíram para sua formação enquanto classe.

Para Thompson, consciência de classe não era submissão, tendo o operário lutado, não contra as máquinas, mas contra a opressão que o capitalismo industrial impunha-lhes. Nestes embates, eles lutaram e “nutriram por mais de cinquenta anos e com incomparável energia, a árvore da liberdade.”

Com estas proposições Thompson realizou uma História Social, baseando-se numa pesquisa empírica em fontes diversas, tais como jornais, panfletos, livros de atas, etc. O autor fortaleceu as perspectivas da História Social Inglesa, paradigma historiográfico que emergiu nos idos de 1950/60 com os historiadores de tradição marxista. A História Social tem ganhado bastante evidência com os trabalhos de E. P. Thompson e outros historiadores como Christopher Hill e Eric Hobsbawm.

Os historiadores sociais – sob influência de Thompson – direcionam suas pesquisas para a história das grandes massas ou para o estudo de grupos sociais de várias espécies em oposição às biografias de grandes homens. Outras grandes áreas de interesses e objetos são os modos de organização social, as classes sociais, as relações conflituosas ou interativas entre os grupos sociais no interior de uma sociedade, os excluídos, as desigualdades sociais, os discriminados, processos de transformações da sociedade, posições sociais em relação ao trabalho, as minorias, um grupo profissional, uma comunidade rural ou urbana. No entanto, não esquecem o universo da cultura dos sujeitos históricos que tematizam.

Em “A formação da classe operária” Thompson acrescentou o exame do mundo cultural dos trabalhadores. Ao realizar seu estudo o historiador em foco, acrescentou a dimensão cultural ao materialismo histórico. Seu interesse pela problemática cultural não se encerrou aí. Nos seus estudos posteriores ele passou a pesquisar rituais, vendas de esposas, rough music, motins da fome, enfim os costumes dos populares ingleses do séc. XVIII. Nestes estudos, Thompson examina a tradição popular, a cultura e a sociedade na perspectiva da história vista de baixo, do incomum e dos oprimidos.

Em “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII” (1998) Thompson tem a gente comum como agente histórico para estudar os motins da fome na Inglaterra do séc. XVIII, nos quais os motins são tomados como períodos de perturbação social como reação dos populares às crises econômicas. O historiador inglês tenta explicar estes fatos fugindo do reducionismo econômico e buscando o sentido cultural dos motins populares. Rompendo com a visão de outros

historiadores, Thompson mostra que a ação popular era legitimada pela defesa dos direitos e respeito ao que ele chama de “economia moral”:

“O motim da fome na Inglaterra do séc. XVIII era uma forma altamente complexa de ação popular direta, disciplinada e com objetivos claros (...) É certamente verdade que os motins eram provocados pelo aumento dos preços, por maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome. Mas essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam o pão, etc.” (THOMPSON: 1998, P. 152)

E mais ainda temos como definição dessa “economia moral”:

“(...) Tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares e vários grupos sociais na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podem dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta” (THOMPSON: 1998, P.152)

Ao abordar as formas de protesto no séc. XVIII deixa a Revolução Industrial e desloca-se “de uma sociedade submetida a um acelerado ritmo de mudança para uma sociedade governada pelo costume”, com as práticas e costumes consuetudinários. Escrevendo na forma de narrativa, literária, Thompson explora o conceito de economia moral ao pesquisar sobre os motins populares que ocorriam na Inglaterra sempre que um costume consuetudinário era desrespeitado, quando o preço justo fosse desrespeitado os populares reagiam. Assim, neste trabalho a noção de resistência e de agenciar humano proposto por Thompson, se faz presente. O deslocamento de Thompson do mundo do trabalho para o mundo da cultura se faz perceber também em “A venda de esposas” (1998) onde ele estuda esse ritual existente na Inglaterra, nos séc. XVIII e XIX. Explorando as fontes, tais como jornais, o historiador descreve essas vendas de esposas como rituais e leilões públicos com entrega da mulher presa por uma corda, existente entre os “estratos mais inferiores dos trabalhadores” e era um ritual – ou seja, não era ocasional – que obedecia às normas e que era de diferentes tipos, tais como os que ocorriam sem o consentimento da esposa; os casos sem informações; os casos de esposas vendidas aos amantes; etc.

Enfim, Thompson interessou-se, nos 300 casos pesquisados, pelo simbolismo presente nesta forma de “divórcio consentido”, “transferência legítima de parceiros matrimoniais”, num contexto

de “uma sociedade em que as relações de gênero eram estruturadas em modos de dominação/subordinação” (THOMPSON: 1998, P.345)

Em “A venda de esposas” e “A economia moral da multidão” Thompson se volta para explicar o “significado simbólico” dessas tradições populares, sob inspiração da Antropologia Cultural de Clifford Geertz. Para fazer um estudo sobre as tradições populares na Inglaterra no séc. XVIII e dar voz aos “de baixo”, o historiador inglês fez um diálogo com a antropologia, o que contribuiu para a ampliação das abordagens na história Social, esta também se preocupa com as percepções culturais populares, seus comportamentos e atitudes na vida cotidiana.

Suzanne Desan mostra que nas primeiras obras de Thompson não havia influência da antropologia, tendo ele relutado em confiar nela como instrumento de análise. Porém, ao tematizar a sociedade cheia e costumes do séc. XVIII, Thompson valorizou a influência da antropologia. Com a antropologia foi dado impulso a novos problemas com ênfase nas normas ou sistemas de valores e rituais, na atenção às formas de tumultos e distúrbios e nas expressões simbólicas de autoridade.

Sobre essa aproximação de Thompson com a antropologia, Gervácio B. Aranha esclarece:

“Thompson busca inspiração na antropologia para fins de incorporação de aspectos simbólicos inscritos nas ações dos atores sociais que analisa (...) para decifrar o significado simbólico inscrito na ação dos homens, mas o faz em relação a essa ação situada em determinado tempo e lugar. Com isto, ele evita empobrecer seu trabalho com as generalizações próprias da Antropologia estrutural simbólica ou de uma Antropologia que passa ao largo da transformação histórica.” (ARANHA: 2008, P.36)

As proposições teóricas de Thompson contribuíram para a renovação historiográfica que vem ocorrendo desde os anos de 1960. No tocante à questão da relação entre a História Social e a Historiografia brasileira, nota-se uma receptividade acadêmica, no que se refere aos temas e discussões da História Social, redimensionando a escrita acerca da História do Brasil. Redimensionou, em particular, a escrita da História dos negros e da escravidão no Brasil. Aqui, a historiografia influenciada pela História Social, ampliou os estudos sobre a escravidão, sendo referência teórica constante entre os historiadores, principalmente a partir da década de 1980, no sudeste do país.

A partir desse período houve uma proliferação de trabalhos acadêmicos sobre escravidão e abolição no Brasil, centrando-se nas experiências dos escravizados enquanto sujeitos históricos. As análises destes trabalhos apresentam fortes influências teóricas dos estudos de E. P. Thompson. Como afirma Sílvia Hunold Lara, sob inspiração thompsoniana “alguns historiadores começaram a insistir na necessidade de incluir a experiência escrava na história da escravidão no Brasil.”

Com a renovação dos estudos históricos, influenciada pela História Social, os escravos deixaram de serem vistos apenas como mercadorias. Estuda-se hoje a escravidão e a abolição encarando os escravizados como agentes históricos, que agenciaram sua própria história, não foram vítimas passivas do sistema escravista.

Rompendo com as interpretações tradicionais, são as experiências dos cativos, agindo em favor da conquista da liberdade que interessa nos estudos sobre o tema. Ainda sob influência thompsoniana, tematiza-se as relações conflituosas entre senhores e escravos. Incluem-se também estudos sobre família, cultura, cotidiano e as múltiplas formas de resistência escrava.

Exemplos de trabalhos sob inspiração das concepções teóricas de Thompson e de grande repercussão na historiografia brasileira sobre a escravidão e abolição são, entre outros, “Visões de Liberdade” (1990) de Sidney Chalhub; “Cenas da Abolição” (2001) de Joseli Nunes Mendonça; “O plano e o pânico” (1994) de Maria H. P. T. Machado e “Derramando susto; os escravos e o Quebra-quilos em Campina Grande” (2006) de Luciano Mendonça de Lima. São trabalhos que abordam experiências da vida dos cativos e mostram que a resistência à escravidão não se deu apenas na forma de rebeldia, nem a abolição foi um vento produzido pelas elites.

Para finalizar, são com estas noções preliminares acerca das concepções teóricas da História Social que pretendo realizar uma pesquisa sobre escravidão e abolição na cidade de Areia-PB, no contexto do séc. XIX, durante o curso do programa de pós-graduação em História na UFCG. O conhecimento produzido sobre a temática proposta tem se limitado a discutir a questão da antecipação à Lei Áurea e a ação da elite local naquele processo histórico. No entanto, sob inspiração da História Social é preciso problematizar o agenciar dos cativos cotidianamente em favor de sua liberdade e minando o escravismo naquele território.